

REVISÃO TEXTUAL: PARAFRASAGEM E REGULAÇÃO

Cristiane Balestrieiro dos Santos

Pontifícia Universidade Católica
de Minas Gerais (PUC Minas) -
PUC Minas Virtual

E

Resumo

Este texto tem como objetivo refletir sobre o processo de revisão textual no que se refere à atividade que envolve a reformulação de enunciados. Pretende-se mostrar que esse trabalho resulta de um esforço do revisor em busca da construção que julga a mais adequada para certa intenção de significação e que isso vai muito além da materialidade da língua. O presente estudo fundamenta-se na Teoria das Operações Enunciativas do linguista Antoine Culioli. Assim sendo, o objeto de pesquisa não é a revisão em si, mas o processo que a envolve. Investiga-se, então, a atividade metalinguística acionada no momento da significação. Para tanto, a análise baseia-se na elaboração de *glosas* – um modo específico de parafraseamento – entre as sequências linguísticas que poderiam ser escolhidas pelo autor do texto e reformuladas pelo revisor/autor. Nessa perspectiva, a reformulação de enunciados não significa apenas escolher uma entre as várias possibilidades de significar a “mesma coisa”, mas, sim, um investimento que tem como resultado uma equivalência semântica.

Palavras-chave: Teoria das Operações Enunciativas. Parafraseamento. Revisão textual. Equivalência semântica.

Introdução: proposta e hipóteses

Corretor, prescritivista, colaborador. O revisor tem a função de identificar e eliminar inadequações, controlar a qualidade do texto. Ele pode agir sobre a textualidade, adicionando, substituindo, suprimindo, deslocando, enfim, pode reorganizar o material linguístico. No entanto, precisa respeitar o texto original. O revisor precisa ter uma boa formação que lhe garanta a segurança de intervir no texto, mas deve ter a capacidade de duvidar de sua autonomia. Esse profissional deve ter clareza nas

ações que executa sobre a produção alheia e, ao mesmo tempo, sua atuação precisa ser flexível e interagir com o autor do texto.

Neste artigo, não temos a pretensão de discutir o contexto social em que se encontra o revisor – marcado por um misto de liberdade e regulação – mas usaremos essa articulação para levantar algumas questões. Pretendemos mostrar que esse profissional encontra-se também nessa situação quando se depara com a atividade de reformulação. Tantas possibilidades e a necessidade de escolher apenas um arranjo da língua, o que não se trata simplesmente de optar, mas de compreendê-lo como aquele que recupera a intenção de significação do autor do texto.

No cerne da Teoria das Operações Enunciativas está a busca de regularidades na variação das unidades linguísticas. A liberdade, ou seja, a variação encontra fundamento na tese da indeterminação da linguagem. Para a teoria culioliana, a polissemia é inerente às unidades, ou seja, o sentido é totalmente determinado e construído pelo material verbal. No entanto, essa variação não é sem controle, pois, se assim fosse, não haveria reconhecimento nem produção de textos. Como dito anteriormente, há uma regularidade, uma invariância, e ela é responsável pelo funcionamento das unidades e, portanto, pela significação.

A significação não se confunde com a referência. Não se confunde a realidade extralinguística com a sua representação na língua. Desse modo,

a recusa de todo e qualquer sentido externo ao material verbal não admite, em contrapartida, uma concepção de contexto como parâmetro distinto do próprio enunciado: contextualizar não significa convocar, na interpretação do enunciado, uma referência circunstancial, situacional; não significa explicar a significação a partir da observação do meio extralinguístico no qual um determinado enunciado é proferido, nem a partir das vontades e intenções do locutor (ROMERO-LOPES, 2006, p.25).

As considerações acima valorizam o trabalho do revisor. As unidades linguísticas não são estáveis e não são definidas pelo contexto situacional. Portanto, a significação passa por um processo de reconhecimento seguido por um processo de produção de texto: o pensamento se forma e se modifica na procura de uma expressão que satisfaça a intenção. Desse

modo, há uma atividade de exploração das possibilidades de construção de sentidos e, a partir da aceitação ou recusa de certas formas linguísticas, o revisor conduz esse processo em busca da estabilização considerada adequada.

Para tentar reconstruir esse processo de desmontagem e de reorganização, ou seja, a atividade de regulação que sustenta a equivalência entre os enunciados de partida e o reformulado, optamos por trabalhar com enunciados concessivos. Analisaremos o mecanismo envolvido entre a escolha de enunciados com o marcador concessivo “apesar de + nominalização e apesar de + verbo no infinitivo¹” e a sua possível reformulação em sequências linguísticas com o marcador ainda que. Enfim, manipularemos esses enunciados com o objetivo de simular uma situação real de revisão.

1 A análise que apresentaremos, alguns excertos e observações sobre a teoria culioliana, organizaram-se a partir do trabalho que desenvolvemos como tese: AGUILAR, C.B.S., 2007.

A Teoria das Operações Enunciativas e a parafrasegem

Operações da linguagem

A Teoria das Operações Enunciativas é uma teoria da observação e da manipulação dos fatos da língua. A metodologia baseia-se na investigação do funcionamento da língua, do modo de organização das unidades linguísticas, em busca de operações da linguagem que estabilizem a significação. Todo esse trabalho tem sustentação nos pressupostos da teoria colocados anteriormente: as unidades linguísticas não são estáveis, não estão prontas para serem usadas em uma determinada situação de comunicação. É a interação verbal, o processo enunciativo que vai orientar a significação. Dessa forma, cada situação interacional é única, portanto, o trabalho do sujeito também o é. Se o sujeito vai chegar à significação pretendida (organizada por ele ou pelo outro) ou não vai, de qualquer modo, percorrerá um caminho único. E esse caminho é permeado pela atividade da linguagem.

A linguagem é tida como atividade de representação, referenciação e regulação. São processos fundamentais pelos quais a significação passa para se estabilizar. Eles organizam-se em um nível anterior à língua como produto, mas é somente por meio de marcas perceptíveis nos arranjos da língua que chegamos a eles. Isso significa que os textos são arranjos que contêm traços das operações da linguagem.

Segundo a teoria culioliana, as operações de representação agem sobre três níveis. O primeiro nível é aquele das representações mentais ligadas às atividades cognitiva e afetiva. Nesse nível são organizadas as experiências construídas em relação ao mundo, aos objetos, à cultura, entre outros. Segundo Culioli²:

2 Optamos por traduzir todas as citações e referências que não estiverem em português.

Essas propriedades físico-culturais vão ser organizadas em noções³, pela constituição de um domínio munido de propriedades formais. As noções são representações inacessíveis enquanto tais, mas que nós apreendemos por meio desses traços materiais que são os textos (CULIOLI, 1999a, p. 162).

3 Segundo Culioli, as noções são “sistemas complexos de representação de propriedades físico-culturais, isto é, das propriedades do objeto obtidas por manipulações necessárias tomadas no interior de culturas e, deste ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são da competência de disciplinas que não podem ser reconduzidas unicamente à linguística” (CULIOLI, 1990, p. 50). Ainda, segundo Culioli, “Sendo dada uma categoria nocional P, distingue-se uma propriedade ‘p’ segundo o domínio: semântico: /ser cão/, /ser líquido/, /ler/; noção gramatical: aspectualidade, modalidade; noção quantitativa/qualitativa: avaliação do grau de intensidade e de ‘extensidade’ (CULIOLI, 1990, p. 52).

Esses traços textuais fornecem o segundo nível, o das representações linguísticas, dos arranjos de marcadores. Culioli usa o termo “arranjo” por não se tratar de quaisquer sequências linguísticas, mas de formas que envolvam regras de boa formação (possibilidades de aceitação, restrições, entre outros), e usa o termo “marcador” como remetendo à indicação perceptível de operações mentais, que fazem passar dos traços do primeiro ao segundo nível. Esse é o lugar em que se dispõem os traços sob a forma de enunciados.

O terceiro nível de representação é o metalinguístico, ou seja, aquele que vai fornecer as representações metalinguísticas das representações do segundo nível. Culioli ressalta que esse processo não se reduz àquele que o linguista explicita quando elabora uma representação metalinguística. Trata-se de uma atividade metalinguística não-consciente do sujeito (atividade epilinguística). Essa atividade mistura-se com o trabalho metalinguístico explícito toda vez que o sujeito reflete sobre sua experiência com uma ou mais língua(s). Esse terceiro nível só pode ser reconstituído a partir do segundo, que é, por sua vez, representação do primeiro.

Em resumo, as unidades de segundo nível são marcadores de operações do primeiro, ao qual apenas temos acesso por meio dos traços que são os marcadores. O trabalho metalinguístico, desse modo, consistirá em reconstruir as operações nas quais a forma empírica é o marcador.

A operação de referenciação é inseparável daquela que diz respeito às representações. Para Culioli, refere-se à construção do espaço de referência na qual vão ser localizadas as representações de estados de coisas. Antes de ser estabilizada, a representação remete a caminhos possíveis, a espera de uma atitude do sujeito.

Construir um sistema de referência, ou melhor, trabalhar com valores referenciais, não é uma questão simples. Como coloca Culioli:

o sistema de referência não é fornecido todo constituído, mas é construído por um sujeito que é parte integrante do sistema. Assim, não temos o caso de um observador exterior, munido de um referencial objetivável, mas tudo se passa como se o sujeito se constituísse como origem do sistema de referência. Acontece que, este sujeito deve construir o sistema em relação a um outro sujeito a quem ele quer fazer partilhar sua representação; situação complexa, pois, excetuando a operação de apontar (quando temos o caso do visível e que o interlocutor está presente), nós não possuímos referencial externo e pré-ajustado que funcionaria de sujeito a sujeito (CULIOLI, 1999a, p. 167).

Diante do posicionamento de Culioli, percebe-se a necessidade da existência de um sistema de referência relativamente estável e ajustável, que permita ao interlocutor (co-enunciador) reconstruí-lo a partir dos enunciados. E é justamente essa possibilidade de reconstruir o sistema de referência e, conseqüentemente, a operação de referenciação, que garante a produção e o reconhecimento dos textos.

A operação de referenciação está ligada a ajustamentos inter-sujeitos e implica uma estabilização. E, ao mesmo tempo, essa estabilização é que vai garantir a instabilização, ou seja, a representação socializada e compartilhada se desfaz e se recria na interação verbal. Veremos, adiante, que os enunciados concessivos marcam bem esse caminho, essa busca por outro valor que não seja o considerado estável.

Podemos, então, dizer que, na teoria culioliana, temos a construção de valores referenciais e não referentes estáveis. Remonta-se, dessa forma, o ponto de referência e não a origem da determinação da construção enunciativa. E para se chegar a esses valores referenciais, precisamos investigar o processo de construção dos enunciados, desconstruí-los, remontá-los.

Construído um espaço de referência, a operação de regulação contribui com uma série de ajustamentos que colocam em jogo relações de alteridade entre enunciador e co-enunciadores, baseadas na identificação e na diferenciação. Essa atividade implica, ao mesmo tempo, uma estabilidade e uma deformabilidade dos objetos colocados em relação. Segundo Culioli:

sem estabilidade, não haveria ajustamento regular, nem comunicação, qualquer que seja o alcance que damos a este termo, e a interação somente seria uma sucessão de acontecimentos sem coerência. [...] Mas a estabilidade não saberia ser confundida com a rigidez ou com a imutabilidade. Os fenômenos linguísticos formam sistemas dinâmicos que são regulares, mas com uma margem de variação devido a fatores de grande diversidade: temos o caso de fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e plásticos (CULIOLI, 1990, p. 129).

Na construção da significação, o enunciador vai regular suas representações por meio da representação que acredita ser a do co-enunciador. Para a teoria culioliana, os princípios de regulação são internos à linguagem e ajustáveis por meio da variação do “colocar em atividade” os elementos observáveis nas línguas. A regulação, a representação e a referenciação são operações que permitem aos indivíduos produzirem e reconhecerem formas por meio dos traços dessas operações deixados nas línguas. Segundo Culioli:

as relações entre a linguagem e as línguas serão sempre inesgotáveis, pela simples, e profunda, razão que somos colocados em um jogo complexo de imagens e de práticas. Não há origem absoluta, mas há invariância. Não há práticas uniformes, mas, quaisquer que sejam (comunicação utilitária, discurso técnico, criação literária, tradução, etc.) elas nos reconduzem sempre ao nosso horizonte de referência, que organiza nossa atividade de representação. [...] Há sempre alteridade, há sempre equivalência (CULIOLI, 1999a, p. 178).

Compreendemos, assim, que os textos não têm sentido fora da atividade significante dos enunciadores. Segundo Rezende:

é o próprio momento de interação verbal que determina ou fecha certas significações para o sujeito, mas que simultaneamente abre e indetermina outras; que interagir verbalmente é perder-se em um labirinto ou em uma profusão de caminhos de significados possíveis (REZENDE, 2006, p.16).

Nesse momento, podemos dizer que o trabalho de revisão textual perpassa pelas operações descritas anteriormente, pois envolve reconhecimento e produção textual. No entanto, vale destacar o esforço concentrado na atividade de regulação, pois há um vai e vem entre o enunciado de partida e o reformulado.

E, para chegarmos a essas operações, para entendermos esse vai e vem pelo qual passa o revisor, precisamos manipular os enunciados. E os mecanismos de parafraseagem e de desambiguação é que vão sustentar o processo de montagem e desmontagem dos diferentes valores envolvidos nos enunciados analisados.

A paráfrase na teoria culioliana

De um modo geral, a definição de paráfrase se aproxima do “dizer a mesma coisa com palavras diferentes”. A questão é: como podemos dizer a mesma coisa de uma maneira diferente? Acabamos por dizer outra coisa e não o que dissemos anteriormente. Esse tratamento mais comum dado à paráfrase fundamenta-se no princípio de que temos unidades (ou sequências) linguísticas que caminham para uma identidade semântica.

Para a teoria culioliana, nunca temos sequências linguísticas idênticas, somente equivalentes. A identidade caracteriza-se não por um valor semântico, mas por um funcionamento. Encontramos o sentido de cada unidade, ou sequência de unidades, na interação com seu meio textual. E, como dito anteriormente, nessa perspectiva, toda unidade usual da língua é polissêmica.

Vejamos um exemplo simples: recorrendo a um dicionário⁴ para verificar as acepções da unidade linguística *bonito*, deparamo-nos com uma diversidade que vai de agradável à vista, ao ouvido ou ao espírito à expressão de desagrado e reprovação perante algo que, na realidade, se acha feio e ruim. Trata-se de um investimento semântico fora do comum à palavra e por mais que o uso dessa unidade linguística se aproxime do que chamamos de sentido comum, a identidade semântica não seria garantida, até mesmo porque não há nenhum parâmetro para tal realização.

A Teoria das Operações Enunciativas procura a solução para tais questionamentos, partindo da variação das relações das unidades em seu meio textual em busca de invariâncias que sustentem tais fenômenos da língua. Nessa perspectiva, não existe enunciado isolado: todo enunciado é um entre outros, escolhido pelo enunciador que se encontra diante de um conjunto de enunciados equivalentes possíveis. Segundo Culioli:

toda parafraseagem caracteriza-se por uma invariante; acontece que uma invariante é uma estrutura, quer

4 WEISZFLOG, W., 1998, p. 346.

dizer um conjunto de relações entre termos, estável sob transformação. O recurso à intuição, se ele permite a classificação cômoda de enunciados, *não explica nada*: qual é a estrutura gramatical? de quais termos? Por que tal transformação se caracteriza por tais operações? de quais relações se trata? de quais termos? Por que tal transformação se caracteriza por tais operações? Quanto às regras descritivas, elas não têm, uma vez mais, nenhuma força explicativa. Em particular, elas não mostram por que podemos ter modulações parafrásticas e por que os enunciados parafrásticos têm a forma que eles têm. Satisfazem-se de um formalismo que se contenta em associar enunciados entre si, continuam a aprisionar duplamente a linguagem, mesmo se alargam a prisão: dá-se uma família, mas não os critérios de pertinência à família, dá-se caminhos de um enunciado a um outro, mas não regras de derivação, em resumo verdadeiras *operações*. Como uma família parafrástica poderia ser definida como uma classe de equivalências no sentido estrito, se não se pode, por operações formais, desmontar a equivalência e tornar a encontrar os enunciados empíricos a partir de um esquema comum? (CULIOLI, 1999a, p. 46-47).

Podemos dizer, então, que todo enunciado faz parte de uma família de transformados parafrásticos e o processo de construção da significação, na teoria culioliana, se faz pelo sujeito, numa situação de enunciação, articulando a relação entre objetos linguísticos (que remetem a objetos extralinguísticos com suas propriedades físico-culturais) e valores referenciais (modalidade, tempo, aspecto, quantificação, entre outros). E esse processo torna o enunciado um fenômeno único. Para Culioli:

todo enunciado supõe um ato dissimétrico de *enunciação*, produção e reconhecimento interpretativo. Reconduzir a enunciação à somente produção e enunciador a locutor, é, no fim das contas, não compreender que o enunciado *não tem sentido* sem uma dupla intenção de significação de seus enunciadores respectivos. Esses últimos são *ao mesmo tempo* emissor e receptor, não somente em sucessão, mas no momento mesmo da enunciação. Em resumo, a comunicação com valor referencial estritamente externo e explícito somente é um caso limite (CULIOLI, 1999a, p. 47, nota de rodapé).

Nesse sentido, uma família de enunciados parafrásticos nos dá uma classe de equivalência que pode até ser considerada

simples, porque envolve a sinonímia. Mas, por outro lado, essa classe de equivalência é rica, porque esse conjunto de formas vem de um esquema comum de relações, de uma invariância entre termos constituintes. Segundo Culioli (1999a, p. 48) “todo enunciado aparece com um determinado arranjo, mas as operações linguísticas são tais que um enunciado deixa que vários enunciados e várias interpretações intrincadas se manifestem”.

Faz-se necessário saber, então, como um enunciado pode suportar uma pluralidade de interpretações, uma família de enunciados em relação parafrástica. Precisamos identificar um funcionamento que dê conta da variação. E para isso, torna-se pertinente um sistema metalinguístico que possibilite representar a derivação parafrástica. Para tanto, precisamos reconstruir, primeiramente, a *léxis*⁵ contida no enunciado.

5 A conceitualização de ‘léxis’, de ‘noção’, assim como a de outros termos da teoria culioliana apresentados neste trabalho, é muito mais complexa. Sugerimos a consulta de: CULIOLI, Antoine. *Pour une linguistique de l'énonciation*, v. 1, 2 e 3.

A *léxis* é um esquema primitivo que permite que algo seja previamente colocado no nível do “dizível”, que permite a passagem do mundo para a língua, do extralinguístico para o linguístico. É uma relação primária que resulta de relações entre noções elementares que ainda não estão situadas em um espaço enunciativo munido de um referencial. Pode ser comparada a um conteúdo proposicional. Encontra-se nela a fórmula que associa uma relação primitiva entre os termos e um esquema vazio de relações, induzindo, assim, à geração de uma família de enunciados em relação parafrástica. É preciso, no entanto, ressaltar que todos os enunciados gerados a partir do esquema e de *léxis* não podem ser considerados como equivalentes no mesmo grau. Por exemplo, o esquema de *léxis* envolvendo as noções < menino, beber, água > pode gerar uma família de enunciados parafrásticos como os citados abaixo:

- O menino bebeu água.
- O menino está bebendo água.
- O menino gostaria de beber água.
- Foi o menino que bebeu a água.
- A água foi bebida pelo menino.

Apesar de as noções < menino, beber, água > não estarem situadas em um espaço enunciativo, há uma força primitiva que orienta a organização dos arranjos. Isso se deve ao fato de que, nesse momento, já conseguimos enxergar noções como agentividade. Mas nada impede de invertermos essa orientação como em “O menino está tão molhado que parece que a água o bebeu”, cuja agentividade passa a ser da água.

A léxis garante a união sintática e semântica do predicado presente nos enunciados acima. A léxis garante a plasticidade do enunciado e, ao mesmo tempo, a sua identidade. É ela que sustenta a unidade de todas as proliferações.

Por meio da observação dos enunciados (textos) gerados, precisaremos marcar formalmente a equivalência, isto é, estabelecer regras que permitam passar de um arranjo a outro e explicar por que esses arranjos particulares têm valores referenciais equivalentes. Se a opção do enunciador foi aquela que resultou na forma do enunciado pela qual obtemos uma família parafrástica, é porque se concentrava nela toda a sua intenção de significar, que somente tal forma poderia realizar. Se o enunciador tinha intenção de significar “tal coisa”, significou “tal coisa” e não “outra coisa”. No entanto, essa escolha não impede a pluralidade de interpretações. Consideremos um exemplo proposto por Culioli (1999a): *Jean não lê romances policiais*, que pode ser interpretado notadamente como: “Há Jean, em todo caso, que...”; “Jean, e Jean somente, não lê...”; “Jean não lê romances policiais (ele os sobrevoa)”; “Jean não lê romances, mas ele lê outros”; “Jean não quer ler...”; “Eu não quero que Jean leia...”, etc.. E, na produção de tal enunciado, o sujeito poderia ter a intenção de criar um significado ambíguo, caso contrário, eliminaria a ambiguidade na própria situação de enunciação.

Enunciados em relação parafrástica remetem a uma invariante comum, a um polo de regulação, a partir do qual ocorrem operações linguísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas particularidades linguísticas (variáveis) presentes em tais enunciados realizados. Por exemplo, não posso derivar o enunciado *Jean não lê romances policiais* em “Jean come uma torta de morango” (se o caso fosse “ele os come”, seria aceitável, no sentido de “fazer do hábito de leitura um hábito necessário e regular”). As escolhas predicativas só se explicam à luz das operações referenciais determinadas pelo enunciador. Quando passamos de um enunciado a outro por relação parafrástica, faz-se necessário que possuam traços de identidade semântica, identificados por meio de uma invariante, e traços de diferença semântica, identificados por meio das variáveis. É a própria atividade da linguagem, à medida que nos dá a estabilidade e a instabilidade. Em outros termos, temos:

construção interpretativa dos fenômenos de superfície pelos enunciadores; há sempre proliferação da linguagem sobre si mesma; nós temos sempre um jogo

de formas e um jogo de significações. A comunicação se funde sobre esse ajustamento mais ou menos bem sucedido, mais ou menos desejado, dos sistemas de 'localização' dos dois enunciadores. Cada operação é complexa [...], combina-se com outras operações, e filtra relações e valores em uma sequência de signos. Assim, compreendemos melhor por que um texto não tem sentido fora da atividade significativa dos enunciadores, e por que a ambiguidade (e o mal-entendido) são não somente explicáveis, mas ainda parte integrante do modelo, do mesmo modo que os deslocamentos metafóricos. Em resumo, a significação de um enunciado, por outro lado seu sentido, provirá dessa acomodação intersubjetiva, das próprias condições de enunciação. A linguagem é um sistema, mas um sistema aberto (CULIOLI, 1999a, p. 48).

Na verdade, o que se quer dizer é que a própria atividade da linguagem é parafrástica. Para produzir um texto, o autor/enunciador passa por: "dentre as tantas maneiras de dizer que são essas que tenho neste momento de enunciação, qual diz o que eu realmente quero dizer?". Quem reconhece a significação dos textos passa por: "dentre as tantas combinações que existem para dizer o que o autor/enunciador disse e que são essas que eu consigo visualizar segundo minha experiência, o que ele quis dizer quando escolheu tal arranjo?". E, ainda, no caso da revisão/reformulação, o revisor passa por esse último processo e ainda intensifica o trabalho de controle que se realiza entre o enunciado de partida (texto do autor) e o enunciado reformulado escolhido como aquele que ele acredita que diz melhor o que o autor quis dizer, ou seja, no vai e vem entre o texto de partida e as possibilidades de reformulação, o revisor opta pelo enunciado que julga ser equivalente ao texto de partida e concentra seu esforço nessa sequência comparada seguidamente ao texto de partida. Muitas vezes, esse profissional faz um julgamento intuitivo sobre a reformulação escolhida, ou seja, "inserido nessa referência situacional ou circunstancial, nesse contexto, tal reformulação é mais adequada do que o enunciado de partida e também em consideração às outras possíveis reformulações".

No entanto, como mencionamos em vários momentos neste artigo, há operações mentais que justificam essas escolhas. Temos um nível de representação intermediário entre a língua e o referente, construído por meio da própria atividade enunciativa ao longo das experiências do sujeito (o que explica as escolhas intuitivas). Podemos dizer que todas as vezes que alguém vai produzir, vai reconhecer, vai revisar um texto, ele consulta esse

nível abstrato de valores referenciais. É como se o sujeito, diante de repetições de interações verbais (combinações possíveis, restrições) de cada unidade linguística (seja ela semântica ou sintática), ele fosse guardando essas informações em forma de operações abstratas e as deixasse disponíveis para o próximo “uso” – seja ele equivalente (operação de identificação) ou diferente (operação de diferenciação).

Durante a revisão de textos, intensifica-se esse colocar em movimento a atividade metalinguística inconsciente (atividade epilinguística), esse ir e vir entre os esquemas abstratos ou operações mentais e o contexto da enunciação atual (seja ela do autor do texto ou das possíveis reformulações). Muitas vezes, o revisor não tem a formalização das regras que cria mentalmente, mas sua experiência com as operações de representação, referenciação e, principalmente, de regulação, garante a eficácia em seus trabalhos. Outro fator que colabora para a qualidade de seu trabalho é a constante articulação entre expressões e significações. Assim, em busca da melhor expressão, há uma intensa observação de marcas nos arranjos da língua e, como consequência, uma maior consciência da intenção de significação do autor do texto de partida e da própria reformulação.

Tanto as operações de produção quanto as de reconhecimento são submetidas a ponderações individuais variáveis e à parafraseagem (seja ela em forma mais espontânea como a glosa ou não). É usada para reconstruir o julgamento que os sujeitos fazem sobre as sequências (comparação entre duas sequências já produzidas por ele mesmo ou pelo outro; e a reformulação de uma sequência já produzida, por ele ou por outro) no uso efetivo da linguagem (aceitabilidade, ambiguidade, restrições, recusa).

As análises que serão apresentadas, a seguir, pretendem mostrar que as reformulações são possibilidades de dizer “quase a mesma coisa” porque possuem equivalências (compartilham certas propriedades), mas possuem particularidades porque não são sequências idênticas. Há certo número de operações que fazem desses enunciados equivalentes e que ao mesmo tempo possam variar as relações com o meio textual. E, nesse momento, o revisor vai acreditar que “por mim, aqui, agora, dizer o enunciado (1) ou (1a), isso equivale à mesma coisa”, então, “eu posso, dizer (1a), porque sei (intuitivamente ou não) que será mais adequado para esse aqui e agora”. Nesse processo, podem ocorrer perdas e/ou compensações, mas, como o objetivo do revisor é justamente trabalhar com compensações, seu

trabalho é pautado no “dizer de um jeito melhor o que se quer que seja dito”.

E é justamente esse processo (reconhecimento – escolha – produção – regulação) que procuraremos simular na análise dos enunciados concessivos com apesar de e ainda que. Eles têm um funcionamento em comum, mas interagem com o meio textual de modos diferentes, daí, suas particularidades; um funcionamento geral e diferentes significações pontuais.

Metodologia

Quando a parafraseagem se realiza, no momento da produção ou do reconhecimento de textos, não há uma consciência desse processo. Na verdade, é uma atividade epilinguística ou metalinguística inconsciente, ou seja, explicações mentais às quais não temos acesso.

O que faremos para simular essa atividade será manipular os enunciados concessivos por meio de *glosas* – um mecanismo de parafraseagem. Segundo Groussier e Rivière (1996, p. 97), “Culioli reserva o nome *glosa* a todo enunciado ou conjunto de enunciados produzido espontaneamente por um enunciador com a finalidade de explicitar para o co-enunciador o sentido do enunciado precedente”. Nesse momento, o trabalho do revisor se assemelha à atividade metalinguística realizada pelos linguistas na análise de textos.

Para reconstruir os processos de reconhecimento, desmontagem e reorganização, enfatizando, especialmente, a atividade de regulação que sustenta a equivalência entre o enunciado de partida e o reformulado, optamos por realizar a análise do mecanismo envolvido na escolha entre enunciados com os marcadores concessivos “apesar de + nominalização e apesar de + verbo no infinitivo” e a sua possível reformulação em arranjos com o marcador ainda que. Além disso, pretendemos chegar a raciocínios mínimos presentes no processo de regulação que justifiquem a opção por um ou por outro marcador concessivo.

Essa manipulação simula uma situação de produção-reconhecimento-reformulação.

Ao reformular um enunciado, o revisor parte de uma léxis, para então anexar a ela as categorias gramaticais de modalidade, tempo, aspecto, diátese. Partiremos, então, desse esquema de léxis. Esse esquema primitivo de colocação em relação possui

uma orientação, uma força causal, relativamente compartilhada entre enunciador e co-enunciador. Não possui modalidade, pois não foi assumido pelo enunciador. A partir desse esquema, o qual chamaremos de Sit0 (localizador origem de todas as localizações), investigaremos as marcas de modalidade, de tempo, de aspecto, do diálogo entre enunciador e co-enunciador, inseridas nas ocorrências de apesar de e ainda que. A situação localizadora do acontecimento linguístico construído na e pela enunciação, chamaremos de Sit1. Trata-se da relação predicativa, na qual o enunciador escolhe um termo de origem, que vai servir de localizador ou primeiro ponto de referência para a construção da significação. Teremos, ainda, Sit2, representando a construção do ponto de vista sobre o acontecimento linguístico. Nessa etapa, há um diálogo entre o ponto de vista daquele que enuncia, o que ele acredita ser a posição de seu co-enunciador e a significação pretendida pelo enunciador.

O revisor passa por essas etapas, lembrando que o leitor/receptor é também um autor/enunciador tendo em vista que ele terá a significação possível e não a original. O que vai diferenciar o seu trabalho, como já mencionamos várias vezes, vai ser o vai e vem em busca do equilíbrio entre o enunciado de partida e o escolhido como reformulação.

Em um primeiro momento, por meio da parafraseagem, estabelecemos um conjunto de enunciados derivados de um mesmo esquema de léxis. Em seguida, procuraremos algumas regularidades nas derivações, como também nas operações que agem sobre essas derivações. Assim realizado, passamos a comparar as operações encontradas nos enunciados de partida com aquelas encontradas nos enunciados reformulados, procurando compreender o que se passa no processo de regulação e escolha da equivalência.

Passemos às análises.

Corpus e análises

Apresentaremos, agora, as análises dos enunciados concessivos de partida (1) e (2) e daqueles considerados opções de reformulação (1a) e (2a).

(1). Apesar das dificuldades, a escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade.

6 Em sua origem, apesar de está relacionado a noções de apreciação, avaliação, comparação, ponderação, verificação de peso, consideração, importância, entre outras. Cf. AGUILAR, C.B.S., 2007.

Nesta ocorrência, apesar de⁶ está ligado ao contexto de direita / as dificuldades/. O termo /dificuldades/ é uma nominalização. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém dificultar alguma coisa > ou < alguma coisa dificultar alguma coisa >

< alguém/alguma coisa dificultar outra coisa/a mesma coisa >

< escola apresentar dificuldades.

Neste enunciado, Sit1 sustenta a estabilidade de /as dificuldades/ por meio da repetição da ocorrência da relação predicativa < alguém/alguma coisa dificultar alguma coisa> < alguém/alguma coisa dificultar outra coisa > ou < alguém dificultar alguma coisa > “mais de uma vez”. Temos também a presença do determinante definido /as/. Tanto o enunciador, quanto o co-enunciador partem da existência de /as dificuldades/.

A partir da relativa estabilidade da Sit1, deparamo-nos com a orientação da léxis da Sit2:

< escola pública poder ser uma alternativa de qualidade >

Essa orientação contesta a estabilidade nocional da Sit1: “se há tanta dificuldade, a escola pública não deveria ser uma alternativa de qualidade”. No entanto, não é o que acontece na situação de enunciação. Afirma-se que a “escola pública pode ser uma alternativa de qualidade mesmo pesando quantitativamente e qualitativamente as dificuldades”. Podemos, por exemplo, acreditar que:

- As dificuldades não foram tão graves a ponto de impedir a escola pública de ser considerada uma alternativa de qualidade.
- Não foram tantas as dificuldades a ponto de prejudicar a qualidade da escola pública.
- Para ser uma alternativa de qualidade não precisa ter uma quantidade nula de dificuldade.
- A escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade, apesar da existência de dificuldades.
- Incluiu-se a propriedade “passar por dificuldades” à existência de qualidade.

A ocorrência da marca apesar de, num primeiro momento, retoma uma sequência de acontecimentos em forma de uma

nominalização e, em seguida, demonstra a descaracterização da Sit1 em ser condição para que Sit2 não ocorra. Nesse processo enunciativo, o enunciador retoma a relação predicativa preconstituída < (apresentar) dificuldades >, inserindo-a num contexto no qual a sua estabilidade prejudica as condições necessárias para a estabilidade da existência da Sit2: “a consideração da existência de dificuldades poderia impedir a existência da escola como alternativa de qualidade”. Como vimos acima, isso pode significar que a construção da significação do enunciado teve como base avaliações quantitativas e qualitativas a partir de um centro organizador considerado “ideal”: “dificuldades quantitativa e qualitativamente impotentes diante da qualidade da escola”; “dificuldades quantitativa e qualitativamente consideráveis necessitando-se de maior qualidade na escola”. Não sabemos quais são as dificuldades enfrentadas pela escola nem quais são os pontos positivos da escola pública que resultaram na apreciação: “pode ser sim uma alternativa de qualidade”. A partir da interação das unidades linguísticas neste enunciado, podemos apenas supor que: ou as propriedades que envolvem /as dificuldades/ distanciam-se do que são consideradas “verdadeiras dificuldades” e aproximam-se de “não foram realmente dificuldades!” ou que as propriedades que geraram /qualidade/ aproximam-se de “verdadeiras qualidades”.

Então, para a marca apesar de podemos ter a seguinte glosa: “é de posse de dificuldades e de qualidades que eu consigo ponderá-las e chegar a um resultado”. É essa glosa (“*é de posse de... que eu vou falar sobre*”) que pode explicar a atividade epilinguística no momento da escolha deste e não de outro marcador.

Passemos à análise da reformulação do mesmo enunciado, simulando a opção do revisor pelo marcador ainda que⁷ (um enunciado entre as possíveis paráfrases do enunciado (1)):

(1a) Ainda que apresente dificuldades, a escola pública pode ser sim uma alternativa de qualidade.

Nesta paráfrase da ocorrência (1), temos ainda que ligado ao contexto de direita /dificuldades/, intermediada pelo subjuntivo do verbo /apresente/. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém dificultar alguma coisa > ou < alguma coisa dificultar alguma coisa >

7 O marcador ainda que remete a noções de conflito, ajuste, hesitação, retorno. Cf. MOREL, M.A., 1996.

< alguém/alguma coisa dificultar outra coisa/a mesma coisa >

< escola apresentar dificuldades.

A ocorrência do marcador ainda que está ligada ao modo subjuntivo /apresente/. Sendo assim, ainda que insere na situação enunciativa atual uma primeira relação predicativa que pertence a um outro plano de localização modal. Cabe, então, ao co-enunciador escolher entre validar ou não validar essa relação, ou seja, assumir como “sendo o caso” ou como “não sendo o caso”, o que acaba gerando uma possibilidade mínima de existência dos dois valores.

A orientação causal gerada pelo esquema de léxis < escola ter dificuldades > não é assumida pelo enunciador na situação enunciativa atual. Não sabemos se essa orientação realmente resulta em /dificuldades/ ou não. Desse modo, fica a cargo da relação predicativa assumida pelo enunciador, ou seja, < escola ser alternativa de qualidade > “ser o caso”, um possível direcionamento para a existência ou não existência de /dificuldades/. Nesse caso, a Sit2 (ou contexto encaixante) aponta para a quase inexistência de /dificuldades/ ou para uma mínima existência de /dificuldades/, prevalecendo um valor predicativo. Poderíamos ter a seguinte glosa para o enunciado (1a):

- Não ofereço existência ao preconstruído, nem digo que não ocorreu; ocorrendo ou não, isso não me importa. O fato é que, se você, co-enunciador, acredita que ele tenha ocorrido, apresento uma apreciação que a leva à quase inexistência. Se você acredita que ele não ocorreu, apresento uma apreciação que a leva à mínima existência (consideração).

Temos, então, para esse enunciado uma retomada de uma preconstrução, a qual não valida, ou seja, não diz /dificuldades/ “ser o caso” ou “não ser o caso”. Abre-se, dessa forma, um espaço para um questionamento por parte do co-enunciador: “As dificuldades ocorreram realmente?”; “As dificuldades, se ocorreram, podem ser consideradas dificuldades de fato?”. Para o enunciador, essa validação não importa, pois não foi condição para impedir a existência da relação predicativa < escola pública ser alternativa de qualidade >. No entanto, a relação predicativa não assumida pelo enunciador, pode transformar-se em condições para o co-enunciador após a asserção de Sit2: “se ocorreram, podem direcionar-se a não-existência”; “se não ocorreram, podem passar a ser consideradas, mesmo que minimamente”.

Com a marca ainda que, ligada ao modo subjuntivo, o enunciador apresenta algo possível de ocorrer e, dependendo da escolha do co-enunciador, resulta numa orientação da relação predicativa para a quase inexistência (orientação negativa) ou para a mínima existência (orientação positiva).

A seguinte glosa pode explicar a escolha deste marcador e não a de outro: *“há possibilidade de se considerar um ou outro caso e isso depende de você, co-enunciador...”*.

(2). Apesar de ser magra, Maria está sempre de dieta.

Nesta ocorrência apesar de tem como contexto de direita um verbo no infinitivo, também conhecido como forma nominal do verbo. O infinitivo caracteriza-se pela ausência de modalização; com ele podemos construir uma relação predicativa validável, mas sem validação, ou seja, sem nenhum localizador temporal, nem pessoal. O infinitivo projeta uma imagem virtual do fenômeno; ele evoca o processo que se quer ver considerado. Temos, então, uma relação predicativa validável. Procurando recuperar a orientação do esquema de léxis (Sit0), poderíamos ter:

< alguém ser magra >

< alguém estar de dieta >

A validação da relação predicativa < alguém ser magra > resultaria de um processo de avaliação feito por alguém do que é ser magra e ser não-magra, seguida por uma relação de proporção comparativa com o objeto de referência, no caso, / Maria/.

A relação predicativa < alguém ser magra > é projetada (Sit1), evocando o processo a ser considerado. Ativa-se, nesse momento, todo um leque de noções que compõe o domínio nocional de < ser magra > e uma possível orientação a partir da relação predicativa do contexto encaixante (Sit2). Teríamos como orientação relativamente estabilizada < alguém não estar de dieta >. No entanto, essa orientação não é respeitada e temos: < alguém estar de dieta >, confirmada pelo aspecto verbal durativo: “estar sempre”. Nesse caso, a projeção da Sit1, que aparentemente encontra um obstáculo acaba resultando numa possibilidade de continuidade: “Maria está magra e quer continuar magra”; “Maria está sempre de dieta porque quer dar continuidade a sua magreza ou atingir uma verdadeira magreza o que não elimina a magreza anterior”.

Nesta ocorrência, então, apesar de também projeta uma representação. No entanto, um obstáculo que se apresenta poderia dificultar a projeção de Sit1 (“Maria continua de dieta porque não está magra”), mas, no caso, pode também facilitá-la (“Maria está sempre de dieta porque quer continuar magra”).

Passemos à análise da reformulação do mesmo enunciado, simulando a opção do revisor pelo marcador ainda que (um enunciado entre as possíveis paráfrases do enunciado (2)):

(2a) Ainda que seja magra, Maria está sempre de dieta.

Nesta ocorrência encontramos ainda que ligado ao contexto de direita /ser magra/, intermediado pelo subjuntivo. Temos um discurso reportado, no qual não há preocupação por parte do enunciador em considerar ou não < ser magra > como “sendo o caso”, “o fato é que, o importante é que” o co-enunciador valorize a relação predicativa assumida pelo enunciador < estar de dieta >. Vejamos o esquema de léxis:

< alguém ser magra >

< alguém estar de dieta

- Sendo ou não sendo magra, Maria continua de dieta.
- Ser ou não ser magra, não importa, o que importa é que está sempre de dieta por alguma razão: para continuar magra ou para ser realmente magra.

Se o co-enunciador aceitar a relação < alguém ser magra > como “sendo o caso”, ele direcionará a relação < alguém estar de dieta >, juntamente com o aspecto durativo provocado por /sempre/, como resultado da intenção de prolongar essa relação, ou seja, “continuar a ser magra”. Nesse jogo enunciativo, a relação < ser magra > sustenta a sua existência. Se o co-enunciador não aceitar a relação predicativa < alguém ser magra > como “sendo o caso”, ele encaminha essa relação < estar de dieta > + /sempre/ a outra explicação causal: “Maria está sempre de dieta porque, segundo a avaliação de alguém ou a sua própria avaliação, não está magra ainda”. Nessa negociação enunciativa, a relação < ser magra > direciona-se à inexistência ou à mínima existência.

Podemos perceber que a ocorrência do marcador ainda que, em anteposição, ligado diretamente a verbos no modo subjuntivo, faz ressaltar o encaminhamento da relação predicativa de Sit2. No entanto, esse resultado vai depender da tomada de posição do co-enunciador em relação à Sit1. Podemos visualizar no

resultado do questionamento direcionado ao co-enunciador, um jogo de força entre existência e inexistência da representação, gerando novos valores, complementares aos pertencentes a um domínio nocional relativamente estável.

Por meio dessas análises, podemos perceber que o marcador concessivo indica que há, na situação de enunciação, uma ocorrência que não está em conformidade com o que se tem por mais estável. O enunciador percebe que o que vai ser representado na situação de enunciação não respeita a orientação (causalidade) desencadeada pela relação primitiva entre as noções, ou seja, a orientação esperada (no caso de (2), por exemplo, espera-se <não estar de dieta.). Tem-se, necessariamente, nesse caso, que procurar uma posição de estabilização.

Por meio dos marcadores concessivos, podemos, então, visualizar o processo de construção de representação diante dos caminhos possíveis e que ainda não possuem uma referenciação preconstituída tida como estabilizada pelo co-enunciador. O enunciador assera outro caminho possível ao lado daquele preconstituído e esperado pelo co-enunciador. Trata-se de colocar um distanciamento em relação ao resultado esperado por meio de uma outra relação que é a desejada (a que foi possível no momento, a que foi provocada por algo fora do controle), porém não a esperada na situação de enunciação.

Esse conflito entre um estado de coisas esperado e um estado de coisas efetivo é sustentado pelo conflito entre os enunciadores (imagem do co-enunciador). A construção concessiva faz aparecer operações que consistem em estabelecer distinções e medir desvios para construir uma imagem do objeto de referência.

Podemos concluir que toda essa alteridade permite que trabalhemos em termos de complementaridade, possibilitando a construção de valores possíveis. Por meio do funcionamento concessivo, visualizamos a construção de novas relações que vem ocupar o espaço daquelas preconstituídas que também foram, um dia, construídas. Trata-se da própria construção da representação em busca de estabilidade.

Percebemos também que essas particularidades da construção concessiva podem ocorrer de diferentes modos na atividade enunciativa: operando preponderantemente no plano qualitativo, no plano quantitativo, entre outros. Há um esquema de funcionamento comum que é aquele de não apresentar a

orientação esperada, relativamente estabilizada, que, por fim, cria novas possibilidades de representações. No entanto, há particularidades nas diferentes maneiras de realizar a concessão.

O revisor, na maioria das vezes, escolhe, intuitivamente, uma entre outras reformulações. Ele pode notar, por exemplo, que há uma incidência de enunciados concessivos com o marcador apesar de em jornais e revistas populares, revistas eletrônicas e na língua falada e optar por ele, no entanto, não saberia formalizar essa compreensão. O vai e vem entre o enunciado de partida e o reformulado, a atividade de regulação entre eles ficaria por conta da experiência obtida pela observação dos usos. E o que é, então, justificado pelas experiências situacionais, na verdade, resulta de abstrações, de operações mentais.

No caso das análises presentes neste artigo, alguns raciocínios no processo de regulação poderiam ser:

- marcador apesar de, tem ligação com a retomada e com a projeção da representação. Cabe ressaltar que a retomada não deixa de flechar⁸ e projetar uma representação e a projeção não deixa de retomar uma orientação nocional relativamente estável de uma representação.

- marcador ainda que, está ligado a noções de “possibilidade”, “conflito”, “movimento”, “ajuste” o que não o aproxima especificamente de nenhum valor, nem do positivo, nem do negativo, mas sim da possibilidade do positivo e do negativo ao mesmo tempo. Durante o processo de análise das ocorrências de ainda que, podemos notar sua ligação com a apresentação de uma situação bifurcável (apresentação de dois caminhos diferentes ao co-enunciador e de uma distância entre as possibilidades de saída, ou seja, cada escolha resultaria em uma significação).

Isso significa que, intuitivamente, a maioria dos revisores tem noção dessas particularidades e procura compreender que dentro do funcionamento comum que há nas sequências linguísticas, há sempre uma diferença que vai garantir o “dizer quase a mesma coisa de um jeito melhor”. Por essa razão, a atividade de regulação é tão intensa entre o enunciado de partida, as possíveis paráfrases e a reformulação escolhida como mais adequada.

8 Flechagem: operação enunciativa na qual há retorno sobre um referente pertencente ao preconstructo.

Considerações finais

Podemos perceber que, por meio das marcas deixadas no enunciado de partida, o revisor é capaz de produzir um texto equivalente ao original. Isso também significa que o revisor trabalha sobre um texto que não é mais o texto do autor, mas aquele filtrado por sua experiência individual, por sua subjetividade. No momento da revisão, acontece um diálogo inconsciente organizado internamente que se resume na produção e reconhecimento de arranjos linguísticos. Formam-se vários enunciados parafrásticos sustentados pelas noções primitivas (léxis) e, mesmo sem ter uma explicação formal, o revisor investe na escolha de um entre os enunciados equivalentes. E isso não significa que o revisor fez a melhor escolha. Diferenças no reconhecimento ou mesmo na passagem para a produção podem ocorrer, pois como foi dito no decorrer deste trabalho, um enunciado pode sustentar uma pluralidade de interpretações, ou seja, ele não sustenta uma comunicação linear. Mas mesmo nesses casos, os caminhos foram percorridos nessa atividade individual de significação em busca da melhor opção que recupere a atividade individual do autor do texto.

Nesse vai e vem, mesmo com chances de perdas (representações, referências diferentes entre os sujeitos), o que vai ocorrer é uma intensa atividade de controle e regulação na tentativa de selecionar o enunciado que mais se aproxime do que o autor do texto quis significar. E o mais bonito nesse processo, é que, geralmente, o resultado conta com ajustamentos que geram compensações no texto final. Como colocamos no início do trabalho, o revisor desempenha um papel definido entre liberdade e controle e é bem isso que ocorre durante o trabalho de reformulação. Não tem liberdade plena porque tem que se ater às marcas da língua deixadas pelo autor do texto, ou seja, ele não pode “significar outra coisa” e tem que apresentar um alto grau de semelhança por meio da regulação, mas conta com toda liberdade que sua experiência lhe permite, ou seja, quanto mais diversificadas as suas experiências, maior será o seu conhecimento sobre o trabalho de representação de significação. No caso desse último, quanto maior o número de famílias parafrásticas geradas, melhor o modo de reconhecimento e de produção de textos, melhor o controle das derivações parafrásticas, melhor será a regulação entre textos e, como resultado, maior equivalência entre o texto de partida e o reformulado.

Então, levar em conta a indeterminação da linguagem, a significação gerada na interação verbal, a enunciação como única a cada vez, significa valorizar o trabalho do revisor, valorizar a sua experiência com a língua e com as operações da linguagem envolvidas nesse processo. Diante disso, não há possibilidade de se obter um enunciado fiel ao texto original (nem mesmo na atividade de reconhecimento feito pelo próprio autor), mas há esforço e regulação intensa que podem até mesmo gerar compensações que sejam mais fiéis ao que o autor quis significar do que o que ele mesmo conseguiu representar na língua. E isso se justifica pela experiência do revisor com as atividades de representação, referenciação e regulação da linguagem.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the proofreading process, more specifically on the activity that involves the reformulation of statements. We intend to show that this activity results from an effort by the proofreader in the search of a construction that s/he considers the most suitable for a certain meaning intention, and that it goes far beyond language materiality. This study is based on Antoine Culioli's linguistic Theory of Enunciative Operations. Therefore, the research topic is not proofreading in itself, but the process that includes it, considering the metalinguistic activity triggered by the meaning process. The analysis is based on the development of glosses – a specific way of paraphrase – of linguistic sentences that could be chosen by the writer and reformulated by the proofreader/writer. In this way, sentence reformulation does not mean just a choice among many possible ways of meaning the “same thing”, but rather an effort resulting in a semantic equivalence.

Keywords: Theory of Enunciative Operations. Paraphrase. Proofreading. Semantic equivalence.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, C.B.S. **Operações enunciativas e valores referenciais. Estudo da marca apesar de.** 2007, 205f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2007.

BIASOTTO-HOLMO, Milenne . **Uma abordagem culioliana para o fenômeno da tradução.** Cadernos de Tradução (UFSC), v.1, p. 177-196, 2010.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Opérations et représentations. Paris: Ophrys, 1990. v. 1.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Formalisation et opérations de repérage. Paris: Ophrys, 1999a, v.2.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation.** Domaine notionnel. Paris: Ophrys, 1999. v. 3.

DAHLET, P. A produção escrita. Abordagens cognitivas e textuais. In: **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 23, 1994, Campinas-SP. Disponível em: < <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/2526>>. Acesso em: 29 out. 2013.

FILIPPI, C. Though et la relation de concession: opération énonciative et jeu sur le domaine notionnel. In: GROUSSIER, M. L.; RIVIÈRE, C. (Orgs) **La notion**, Paris: Ophrys, 1997, p. 91-98.

GROUSSIER, M. L; RIVIÈRE, C. **Les mots de la linguistique.** Lexique de linguistique énonciative. Paris: Ophrys, 1996.

FUCHS, C; LE GOFFIC, P. **Les linguistiques contemporaines.** Repères théoriques. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

MOREL, M.A. **La concession en français.** Paris: Ophrys, 1996.

MOURA, M.I. A relação entre correção e paráfrase e o ensino e a aprendizagem de textos escritos. In REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, M. (Orgs.). **Linguagem e línguas naturais – Diversidade Experiencial e Linguística.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

REZENDE, L. M. A indeterminação da linguagem: léxico e gramática. **Alfa**, v. 44, p. 349-362. São Paulo, 2000.

_____. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais.** 2000, 456f. Tese (livre-docência em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2000.

_____. Diversidades experiencial e linguística e o trabalho do professor de língua portuguesa em sala de aula. In REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, M. (Orgs.). **Linguagem e línguas naturais – Diversidade Experiencial e Linguística.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

RIBEIRO, A.E. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. **Intercom.** v. 32, p. 1-10. Curitiba, 2009.

ROMERO, M. Epilinguismo: considerações acerca de sua conceitualização em Antoine Culioli e Carlos Franchi. **Revel,** v.9, n.16, 2011.

ROMERO-LOPES, M. C. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical: a polissemia redimensionada.** Estudo dos verbos *jouer* e *changer*. 2000. 333f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ROMERO-LOPES, M. C. Estudo semântico do pretérito perfeito: variações e regularidades de funcionamento. In REZENDE, Letícia Marcondes; ONOFRE, M.(Orgs.). **Linguagem e línguas naturais – Diversidade Experiencial e Linguística.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

SANTOS, C. B. **A oração concessiva na perspectiva das operações da linguagem.** 2002, 169f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2002.

WEISZFLOG, W. (ed). **Michaelis:** moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.